

**Relatório da Administração**

A Diretoria da Citigroup Global Markets Brasil CCTVM S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

São Paulo, 23 de março de 2016.

**Balancos Patrimoniais**

**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2015	2014
<b>Ativo circulante</b>		<b>444.578</b>	<b>569.527</b>
Disponibilidades	4	1.039	312
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	6.200	5.601
Aplicações em operações compromissadas		6.200	5.601
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>6</b>	<b>227.732</b>	<b>197.053</b>
Carteira própria		12.891	11.793
Vinculados à prestação de garantias		214.841	185.260
<b>Operações de crédito</b>	<b>7</b>	<b>58.422</b>	<b>35.898</b>
Operações de crédito - Setor privado		58.422	35.898
<b>Outros créditos</b>		<b>151.148</b>	<b>330.436</b>
Rendas a receber		633	831
Negociação e intermediação de valores	8	119.979	321.833
Créditos tributários	9	11.022	6.701
Diversos	10	19.514	1.071
<b>Outros valores e bens</b>		<b>37</b>	<b>227</b>
Despesas antecipadas		37	227
<b>Não circulante</b>		<b>348.495</b>	<b>394.261</b>
<b>Ativo realizável a longo prazo</b>		<b>346.145</b>	<b>391.695</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	213.163	264.637
Aplicações em depósitos interfinanceiros		213.163	264.637
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>6</b>	<b>87.865</b>	<b>81.922</b>
Carteira própria		87.865	77.346
Vinculados à prestação de garantias		-	4.576
<b>Outros créditos</b>		<b>45.117</b>	<b>45.136</b>
Créditos tributários	9	22.993	25.304
Diversos	10	22.124	19.832
<b>Permanente</b>		<b>2.350</b>	<b>2.566</b>
Investimentos	11	2	2
Outros investimentos		2	2
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>12</b>	<b>2.087</b>	<b>2.376</b>
Outras imobilizações de uso		10.589	10.317
(Depreciações acumuladas)		(8.502)	(7.941)
<b>Intangível</b>	<b>13</b>	<b>261</b>	<b>188</b>
Ativos intangíveis		2.542	1.971
(Amortizações acumuladas)		(2.281)	(1.783)
<b>Total do ativo</b>		<b>793.073</b>	<b>963.788</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	Nota	2015	2014
<b>Passivo circulante</b>		<b>311.601</b>	<b>489.572</b>
Relações interdependências		-	28
Recursos em trânsito de terceiros		-	28
<b>Outras obrigações</b>		<b>311.601</b>	<b>489.544</b>
Sociais e estatutárias		9.574	-
Fiscais e previdenciárias	14	7.326	3.412
Negociação e intermediação de valores	8	230.640	411.423
Diversas	15	64.061	74.709
<b>Não circulante</b>		<b>17.092</b>	<b>15.227</b>
<b>Outras obrigações</b>		<b>17.092</b>	<b>15.227</b>
Fiscais e previdenciárias	14	11.410	10.834
Diversas	15	5.682	4.393
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>17</b>	<b>464.380</b>	<b>458.989</b>
Capital social - De domiciliados no exterior		248.000	248.000
Reserva de lucros		216.380	210.989
<b>Total do passivo</b>		<b>793.073</b>	<b>963.788</b>

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

**Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015**

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>		<b>248.000</b>	<b>17.708</b>	<b>208.943</b>	<b>(8)</b>	<b>(12.167)</b>	<b>462.476</b>
Ajustes de avaliação patrimonial, líquido de impostos-adoção CPC 33 (R1)		-	-	-	8	-	8
Lucro líquido		-	-	-	-	89	89
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	(3.584)	-	-	(3.584)
Destinações:							
Reservas	17.b	-	343	(12.421)	-	12.078	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>		<b>248.000</b>	<b>18.051</b>	<b>192.938</b>	-	-	<b>458.989</b>
Lucro líquido		-	-	-	-	5.391	5.391
Destinações:							
Reservas	17.b e c	-	480	4.911	-	(5.391)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>248.000</b>	<b>18.531</b>	<b>197.849</b>	-	-	<b>464.380</b>
Saldos em 30 de junho de 2015		<b>248.000</b>	<b>18.051</b>	<b>192.938</b>	-	<b>(4.218)</b>	<b>454.771</b>
Lucro líquido		-	-	-	-	9.609	9.609
Destinações:							
Reservas	17.b e c	-	480	4.911	-	(5.391)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>248.000</b>	<b>18.531</b>	<b>197.849</b>	-	-	<b>464.380</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015**

(Em milhares de Reais)

**1 | Contexto operacional**

A Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Corretora) é parte integrante do Conglomerado Citibank no Brasil, e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atua nos mercados financeiro e de capitais. Utiliza-se dos recursos administrativos e tecnológicos dessas empresas e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas nesse contexto.

A Corretora tem como objeto social a prática de todas as operações permitidas nas disposições legais e regulamentares às companhias corretoras, operando em sistema mantido pela bolsa de valores e na compra e venda de títulos e valores mobiliários por conta de terceiros ou por conta própria.

**2 | Apresentação das demonstrações financeiras**

a) As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Corretora em 23 de março de 2016.

**3 | Principais práticas contábeis**

**a) Apuração do resultado**  
As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**  
Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas demonstrações dos fluxos de caixa referem-se às disponibilidades, às aplicações em operações compromissadas posição bancada e às aplicações em moeda estrangeira contratadas com prazo inferior a 90 dias.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**  
Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

**d) Títulos e valores mobiliários**  
Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

**i. Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria são apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independente do seu prazo de vencimento, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

**ii. Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;

**iii. Títulos disponíveis para venda** - Aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados no resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, decaídos dos efeitos tributários.

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento.

As ações são valorizadas pela cotação de fechamento do dia em que foram negociadas em bolsa de valores em contrapartida ao resultado do período.

Os Certificados de Depósito Bancário - CDB, são atualizados considerando custo de aquisição e os rendimentos auferidos pelo indexador do contrato. O valor de curva e o seu valor de mercado se equiparam.

A valorização das cotas de fundos de índice de mercado é baseada na média ponderada do preço dos ativos que formam a composição da carteira.

**e) Operações de crédito**  
As operações de crédito são realizadas sob a modalidade de financiamentos a pessoas físicas e jurídicas que satisficam as condições para contratação de operações destinadas a aquisições de ações.

**• Direitos e/ou obrigações por empréstimos de ações** - As ações cedidas ou tomadas por empréstimos são registradas em conta específica, valorizadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas na bolsa de valores e que habitualmente tem maior negociação, acrescida dos encargos/rendimentos do empréstimo, apropriada diariamente no resultado.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

**f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**  
A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, considerando-se a classificação das operações de crédito e outros créditos em nove níveis de risco que, por sua vez, estão diretamente relacionados ao percentual da provisão a ser constituída.

A classificação das operações é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade, limite de crédito e as características gerais da operação, bem como as garantias enviadas.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas após decorridos 6 meses contados a partir da classificação no *rating* *H*, desde que apresentem atraso superior a 180 dias.

**g) Negociação e intermediação de valores**  
Os saldos são demonstrados pelos valores das operações de compra ou venda de instrumentos financeiros realizados junto às bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo previsto pela legislação em vigor.

**h) Permanente**  
i. São representados por certificados de investimentos e estão registrados pelo seu custo original.

**ii. Imobilizado**  
O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição e depreciado pelo método linear utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, sistema de segurança e instalações e 20% para sistema de processamento de dados e veículos.

**iii. Intangível**  
O ativo intangível é composto por:

- Agio na aquisição de investimento amortizado pelo período de 60 meses; e
- Aquisição e desenvolvimento de *software* registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados pelo método linear utilizando-se a taxa de 20% ao ano, contabilizados a partir de 1º de janeiro de 2008.

Além da amortização, os valores são submetidos a revisões periódicas de testes de *impairment* conforme descrito na nota 3i.

**i) Redução do valor recuperável de ativos (*Impairment*)**  
O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566 com efeito a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*Impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

- Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável; e
- Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

**j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

São avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com a determinação estabelecida na Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009, que aprova a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25.

**i. Ativos e passivos contingentes**

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

**Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

**Passivos contingentes** - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntária ou involuntariamente conforme o prazo prescricional da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (2 anos), pois a entidade espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário aciona a justiça do trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo.

As ações cíveis e trabalhistas são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido.

As ações cíveis com valores inferiores a R\$ 300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$ 500 são consideradas massificadas. As ações massificadas são provisionadas com base na média de perda histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses, acrescidas dos juros desde a data de ajuizamento/citação mensalmente.

Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte: No ajuizamento da causa, os processos trabalhistas são provisionados com base em percentual do valor do pedido. O referido percentual é calculado de acordo com a média histórica de pagamentos dos processos encerrados nos últimos 18 meses considerados relevantes, tomando em consideração percentual de ganhos de causa, percentual de acordos e percentual de perdas quando da sentença em primeira instância adicionado do valor de risco existente na base ativa. A avaliação individual da probabilidade de perda é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobremaneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.

As ações cíveis consideradas relevantes terão sua avaliação de risco calculada pelos advogados externos e serão provisionadas pelo valor do risco de perda quando considerada como perda provável.

As ações cíveis e trabalhistas estão registradas na rubrica contábil "Outras obrigações - Diversas".

**ii. Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias**

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão, independentemente da avaliação dos consultores legais e da Administração.

As ações fiscais e previdenciárias são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente, e registradas na rubrica de "Provisão para riscos fiscais".

**k) Imposto de renda e contribuição social**

As provisões para o imposto de renda e contribuição social foram constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação fiscal, às alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% para o Imposto de Renda.

Introduzido pela Medida Provisória (MP) nº 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, a Entidade adotou o Regime Transitório Tributário - RTT, para cálculo das provisões de imposto de renda e contribuição social, eliminando para fins tributários eventuais ajustes contábeis com o objetivo de padronização da contabilidade brasileira às normas internacionais.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/2014, que converteu a Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, revogando o Regime Transitório de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941/2009.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515, de 24 de novembro de 2014 e 1.520, de 4 de dezembro de 2014, entretanto, em nossa avaliação, não produziu efeito nas Demonstrações Financeiras.

Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP nº 675/15, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras de 15% para 20%.

A MP entrou em vigor a partir de 1º de setembro de 2015 e a referida MP foi convertida na Lei nº 13.169 de 5 de outubro de 2015.

Em virtude da majoração de alíquota da CSLL, esta Entidade registrou crédito tributário adicional no montante de R\$ 3.649. A referida majoração de alíquota aumentou o valor da CSLL a recolher neste exercício no montante de R\$ 256.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059, de 30 de dezembro de 2002, e na Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que determinam que a Entidade deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

i. Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência;

ii. Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em exercícios subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de 10 anos.

**l) Plano de incentivos com base em ações**

A Corretora participa de planos de incentivos com base em ações do Citigroup, representado pelos seguintes programas:

- CAP (*Capital Accumulation Program*), que oferece ações aos funcionários, com base no Acordo de Participação de Afiliadas em Planos de Ações (*Stock Plans Affiliate Participation Agreement* - SPAPA) em que a Corretora efetua remessa de câmbio ao Citigroup pelo preço de mercado da ação na data de transferência dos recursos.

O CAP é um programa com liquidação em instrumento financeiro, com contabilização das respectivas obrigações de efetuar pagamentos ao Citigroup. É reconhecido o valor justo dos prêmios na data de concessão como uma despesa de remuneração durante o período de aquisição, com um crédito correspondente na provisão. Todos os valores pagos ao Citigroup e as respectivas obrigações segundo o SPAPA são reconhecidos no resultado ao longo do período de aquisição. As variações posteriores no valor justo de todos os prêmios não exercidos são revisadas anualmente, e quaisquer alterações de valor são reconhecidas no resultado do exercício.

• *Stock Option*, programa que o funcionário tem o direito de exercer a opção e receber em dinheiro a diferença entre o preço da ação no mercado e o preço da ação na data da concessão da opção.

O *Stock Option* é um programa com liquidação em caixa e o valor da obrigação é reconhecido durante o período de vigência da opção, pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período.

**m) Benefícios a empregados**

O Banco Central publicou em 25 de junho de 2015 a Resolução nº 4.424, recepcionando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essa Resolução não trará impactos na Corretora em função de já adotarmos, pelas melhores práticas contábeis, a Instrução CVM nº 695/2012.

Os benefícios de curto prazo para os empregados atuais estão sendo reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria na modalidade contribuição definida e prestação de serviços assistenciais, na modalidade benefício definido, de responsabilidade do patrocinador, foram avaliados e estão registrados de acordo com o Pronunciamento.

**4 | Caixa e equivalentes de caixa**

	2015	2014
Disponibilidades em moeda nacional	1.029	306
Disponibilidades em moedas estrangeiras	10	6
Aplicações em operações compromissadas - Posição bancada	6.200	5.601
<b>Total</b>	<b>7.239</b>	<b>5.913</b>

**Demonstrações de Resultados**

**Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015**

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2º Semestre 2015	2015	Exercícios 2014
<b>Receita da intermediação financeira</b>		<b>40.454</b>	<b>71.973</b>	<b>52.747</b>
Operações de crédito		2.789	4.976	3.738
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		37.663	66.994	49.172
Resultado de instrumentos financeiros derivativos		-	-	(163)
Resultado de operações de câmbio		2	3	-
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(2.866)</b>	<b>(4.997)</b>	<b>(5.052)</b>
Operações de empréstimos e repasses	19	(2.866)	(4.997)	(5.065)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	13
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>37.588</b>	<b>66.976</b>	<b>47.695</b>
<b>Outras receitas/(despesas) operacionais</b>		<b>(17.427)</b>	<b>(41.097)</b>	<b>(46.634)</b>
Receitas de prestação de serviços	18	34.422	73.737	76.292
Receitas de tarifas bancárias	18	4.366	9.553	11.327
Despesas de pessoal		(26.174)	(68.288)	(88.543)
Outras despesas administrativas	20	(25.361)	(44.932)	(41.274)</

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2014
Provisão para bônus e gratificação periódica	5.597	4.041	(1.910)	7.728
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	2.623	113	(336)	2.400
Provisão para outros pagamentos	1.735	119	(6)	1.848
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	1.323	154	(1.451)	26
Amortização de ágio	1.578	-	(1.578)	-
<b>Total</b>	<b>12.856</b>	<b>4.427</b>	<b>(5.281)</b>	<b>12.002</b>

**c) Realização de crédito tributário de imposto de renda**

	2015			
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos
Provisão para bônus e gratificação periódica	4.562	4.887	1.161	-
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	50	4.907	-	-
Provisão para outros pagamentos	1.410	1.508	360	-
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	34	40	54	6
<b>Total</b>	<b>6.056</b>	<b>11.342</b>	<b>1.575</b>	<b>6</b>

**d) Realização de crédito tributário de contribuição social**

	2015			
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos
Provisão para bônus e gratificação periódica	3.220	3.864	5.152	643
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	955	986	1.139	-
Provisão para outros pagamentos	13	13	17	-
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	4.188	4.863	10.309	643
<b>Total</b>	<b>4.188</b>	<b>4.863</b>	<b>10.309</b>	<b>643</b>

**e) Realização de crédito tributário de contribuição social**

	2015			
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos
Provisão para bônus e gratificação periódica	3.961	4.237	1.013	-
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	38	3.736	-	-
Provisão para outros pagamentos	846	905	216	-
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	21	25	34	4
<b>Total</b>	<b>4.866</b>	<b>8.903</b>	<b>1.263</b>	<b>4</b>

**f) Realização de crédito tributário de contribuição social**

	2015			
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos
Provisão para bônus e gratificação periódica	1.932	2.319	3.091	386
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	573	591	684	-
Provisão para outros pagamentos	8	8	10	-
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	2.513	2.918	6.185	386
<b>Total</b>	<b>2.513</b>	<b>2.918</b>	<b>6.185</b>	<b>386</b>

O valor presente dos créditos tributários monta R\$ 26.554 (2014 - R\$ 24.723) descontados à taxa média de captação do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil. Os créditos tributários registrados são constituídos as alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Não haviam créditos tributários não constituídos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

**10) Outros créditos - Diversos**

	2015		2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Devedores por depósitos em garantia	-	22.124	-	19.832
Impostos e contribuições a compensar	141	-	279	-
Adiantamentos e antecipações	844	-	792	-
Outros (nota 25.c)	18.529	-	-	-
<b>Total</b>	<b>19.514</b>	<b>22.124</b>	<b>1.071</b>	<b>19.832</b>

**11) Investimentos**

O saldo de outros investimentos é composto, por títulos patrimoniais no valor de R\$ 2 (2014 - R\$ 2).

**12) Imobilizado de uso**

	2015			2014		
	Custo	Depreciação	Residual	Custo	Depreciação	Residual
Instalações	1.980	(890)	1.090	-	-	-
Móveis e equipamentos de uso (1)	1.076	(670)	406	-	-	-
Sistemas de comunicação	2.983	(2.877)	106	-	-	-
Sistemas de processamentos de dados	4.045	(3.561)	484	-	-	-
Sistemas de segurança	2	(1)	1	-	-	-
Sistemas de transporte	188	(188)	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>10.274</b>	<b>(8.187)</b>	<b>2.087</b>	-	-	-

	2015			2014		
	Custo	Depreciação	Residual	Custo	Depreciação	Residual
Imobilizações em curso	9	-	9	-	-	-
Instalações	1.859	(594)	1.265	-	-	-
Móveis e equipamentos de uso	1.076	(561)	515	-	-	-
Sistemas de comunicação	3.773	(3.416)	357	-	-	-
Sistemas de processamentos de dados	2.974	(2.770)	204	-	-	-
Sistemas de segurança	2	(1)	1	-	-	-
Sistemas de transporte	188	(188)	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>9.881</b>	<b>(7.530)</b>	<b>2.351</b>	-	-	-

(1) Para fins de publicação o saldo do Ativo Diferido foi classificado em Imobilizado de Uso.

**13) Intangível**

Refere-se, basicamente, ao ágio pago, em 6 de fevereiro de 2009, na aquisição da totalidade das Valores da Intra S.A. Corretora de Câmbio e Valores (Intra), no montante de R\$2.615. O ágio pago na aquisição do investimento da Intra estava fundamentado em expectativa de resultados futuros e foi totalmente amortizado pelo prazo de 5 anos até o período de 2014. Para fins de publicação o saldo do Ativo Diferido foi classificado em Desenvolvimento de software.

**14) Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias**

	2015		2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para impostos e contribuições por lucro	2.175	-	831	-
Impostos e contribuições a recolher	3.035	-	2.581	-
Provisão para riscos fiscais (nota 16)	2.116	11.410	-	10.834
<b>Total</b>	<b>7.326</b>	<b>11.410</b>	<b>3.412</b>	<b>10.834</b>

**15) Outras obrigações - Diversas**

	2015		2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para pagamentos de despesas de pessoal	47.731	-	56.857	-
Valores a pagar a ex-acionistas (1)	13.007	-	12.208	-
Valores a pagar à sociedade ligada no exterior (2)	2.191	-	4.430	-
Provisão para pagamentos a efetuar	512	-	235	-
Provisão para passivos contingentes - Cíveis (nota 16)	-	1.547	-	1.262
Provisão para passivos contingentes - Trabalhistas (nota 16)	620	4.135	769	3.131
Outros	-	-	210	-
<b>Total</b>	<b>64.061</b>	<b>5.682</b>	<b>74.709</b>	<b>4.393</b>

(1) Referem-se à provisão de valores a pagar aos ex-acionistas da Intra, registrada no segundo semestre de 2011. A Corretora mantém depositado judicialmente 100% do saldo que é atualizado mensalmente pela taxa SELIC.  
(2) Referem-se, basicamente, à comissão paga à empresa ligada no exterior por indicações de clientes globais.

**16) Passivos contingentes e obrigações legais**

**a) Saldos patrimoniais dos passivos contingentes por natureza**

	2015		2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para riscos fiscais	2.116	11.410	10.834	-
Provisão para passivos contingentes - Cíveis	-	1.547	-	1.262
Provisão para passivos contingentes - Trabalhistas	620	4.135	769	3.131
<b>Total</b>	<b>2.736</b>	<b>17.092</b>	<b>11.603</b>	<b>4.393</b>

Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN de 16 de dezembro de 2009 e, na Carta-Circular nº 3.429 publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2010, a Corretora tem constituída uma provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, composta basicamente, pelo seguinte caso:

• **PIS e COFINS sobre despesas de corretagem - R\$ 11.410 (2014 - R\$ 10.681)** - Trata-se de processo onde se discute a dedução das despesas incorridas a título de prestação de serviços de corretagem para fins de apuração da base de cálculo do PIS e COFINS devidos a partir de 2003. Aguarda-se decisão de segunda instância.

**Contingências classificadas com risco de perda possível:**

Não são reconhecidas contabilmente pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estes processos não produzirão efeitos patrimoniais. Estão representadas por processos fiscais de R\$ 41.803 (2014 - R\$ 37.399), compostas basicamente, pelas seguintes causas:

• **Desmutualização - BM&FBovespa - R\$ 37.168 (2014 - R\$ 33.099)** - Trata-se de processo onde se discute o recolhimento do PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro auferido no processo de conversão dos títulos patrimoniais da BM&FBovespa e CETIP em ações. Aguardam-se decisões de segunda instância.

Em 03 de Fevereiro de 2015 a entidade optou por desistir de processo administrativo relacionado à IRPJ e de CSLL sobre Ganho de Capital na incorporação de ações da Bovespa Holding pela Nova Bolsa SA nos termos da Lei 13.097/2015. Houve constituição de provisão e pagamento à vista no montante de R\$ 18.491 aproveitando os benefícios oferecidos pela Lei e suas regulamentações. Aguarda-se homologação da Anistia que reduziu as contingências em R\$ 107.268.

• **ISS Corretagem - R\$ 4.448 (2014 - R\$ 4.104)** - Trata-se de processo onde se discute a incidência do ISS sobre as operações realizadas na BM&FBovespa. Aguarda-se julgamento de embargos à execução.

**b) Movimentação das contingências**

	2015					2014					
	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Saldo em 31/12/2014
Fiscais	10.834	20.432	-	(18.575)	835	13.526	-	-	-	-	-
Cíveis	1.262	96	(29)	(21)	239	1.547	-	-	-	-	-
Trabalhistas	3.900	1.092	(327)	(84)	174	4.755	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>15.996</b>	<b>21.620</b>	<b>(356)</b>	<b>(18.680)</b>	<b>1.248</b>	<b>19.828</b>	-	-	-	-	-

	2015					2014					
	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Saldo em 31/12/2014
Fiscais	10.222	199	-	(199)	612	10.834	-	-	-	-	-
Cíveis	1.120	1.027	(1.062)	(1)	178	1.262	-	-	-	-	-
Trabalhistas	6.136	2.647	(4.653)	(505)	275	3.900	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>17.478</b>	<b>3.873</b>	<b>(5.715)</b>	<b>(705)</b>	<b>1.065</b>	<b>15.996</b>	-	-	-	-	-

**17) Patrimônio líquido**

a) **Capital social**  
O capital social é representado por 2.757.180.529 ações ordinárias e 2.757.180.529 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais gozam do privilégio de prioridade no reembolso do capital social no caso de liquidação ou dissolução, com o prêmio que vier a ser fixado na Assembleia Geral.

**b) Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do Artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi constituída reserva legal de R\$ 480 (2014 - R\$ 343).

**c) Reserva estatutária**

Constituída sob a forma de (i) reserva para equalização de dividendos e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, estando limitada à 90% do capital social da Corretora; e (ii) reserva para reforço de capital de giro, visando garantir meios financeiros para a operação da Corretora, estando limitada a 10% do seu capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi constituída reserva estatutária de R\$ 4.911 (2014 - R\$ 0)

**d) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não foram distribuídos dividendos, bem como juros sobre capital próprio.

**18) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias**

	2º Semestre 2015		2015		Exercícios 2014	
	2015	2015	2015	2014	2014	2014
Rendas de comissão e colocação de títulos	5.095	11.597	8.537	-	-	-
Rendas de corretagens com operações em bolsa	26.545	56.660	62.104	-	-	-
Rendas de administração de investimentos	903	1.287	413	-	-	-
Rendas de outros serviços	1.879	3.829	5.238	-	-	-
<b>Total</b>	<b>34.422</b>	<b>73.373</b>	<b>76.292</b>	-	-	-

	2015		2014	
	2015	2015	2015	2014
Recargas de tarifas bancárias - Rendas com taxas de custódia - Pessoa física	1.451	2.863	1.935	-
Recargas de tarifas bancárias - Rendas com corretagens - Pessoa física	2.915	6.690	9.392	-
<b>Total</b>	<b>4.366</b>	<b>9.553</b>	<b>11.327</b>	-

**19) Despesas com operações de empréstimos e repasses**

O saldo das despesas com operações de empréstimos e repasses refere-se a despesas por empréstimos de ações, e o seu passivo está registrado em "Negociação e intermediação de valores" (nota 8).

**20) Outras despesas administrativas**

	2º Semestre 2015		2015		Exercícios 2014	
	2015	2015	2014	2014	2014	2014
Despesas de aluguel	(652)	(1.271)	(1.210)	-	-	-
Despesas de comunicações	(439)	(1.103)	(1.509)	-	-	-
Despesas de manutenção e conservação de bens	(829)	(2.015)	(1.835)	-	-	-
Despesas com comissões (1)	(5.396)	(12.773)	(15.830)	-	-	-
Despesas de serviços de terceiros	(2.221)	(4.442)	(2.400)	-	-	-
Despesas de serviços técnicos especializados	(2.142)	(3.166)	(1.315)	-	-	-
Despesas de promoções e relações públicas	(657)	(736)	(818)	-	-	-
Despesas de processamento de dados	(9.005)	(10.092)	(2.498)	-	-	-
Despesas de viagens	(1.139)	(2.918)	(3.040)	-	-	-
Despesas de amortização e depreciação	(353)	(744)	(1.229)	-	-	-
Despesas de serviços do sistema financeiro	(2.068)	(4.537)	(7.972)	-	-	-
Outras despesas administrativas	(460)	(1.135)	(1.618)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(25.361)</b>	<b>(44.932)</b>	<b>(41.274)</b>	-	-	-

(1) Refere-se, basicamente, a encargos e à comissão paga à empresa ligada no exterior por indicação de clientes globais.

**21) Outras receitas/(despesas) operacionais**

	2º Semestre 2015		2015		Exercícios 2014	
	2015	2015	2014	2014	2014	2014